



OPINIÃO

PLP nº 125/2022: conformidade tributária, autorregularização orientada e o papel da Receita Federal

Igor Arrais de Sá

6 de janeiro de 2026, 13h18

Tributário

A relação entre Fisco e contribuinte no Brasil foi historicamente estruturada sob uma lógica de desconfiança institucional, marcada pelo predomínio do que a doutrina denomina de “paradigma do crime”. Nesse modelo, como observa Fábio Silva¹, o contribuinte era visto como um sonegador em potencial, cuja conduta deveria ser dissuadida por meio de instrumentos essencialmente coercitivos, notadamente a severidade das sanções.

APOIO

Esse enquadramento moldou a atuação administrativa por décadas, conferindo centralidade ao lançamento imediato do crédito tributário e à aplicação de penalidades, com espaço reduzido para mecanismos de diálogo, orientação ou correção espontânea.

A partir das recomendações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), contudo, esse paradigma passou a ser progressivamente questionado. O modelo tradicional, baseado no conflito e no litígio, vem sendo gradualmente substituído por uma abordagem fundada na confiança, na transparência e na indução da conformidade tributária.

Este artigo adota metodologia dogmático-jurídica, com análise normativa do Projeto de Lei Complementar nº 125, de 2022, articulada com a literatura nacional e internacional sobre conformidade tributária e administração fiscal cooperativa.

Conformidade tributária cooperativa e autorregularização orientada

É nesse contexto que se consolida o modelo de conformidade tributária cooperativa, cujo objetivo central é estabelecer uma relação mais transparente e colaborativa entre Fisco e contribuintes. Busca-se superar o relacionamento tradicional, no qual as partes se limitam ao fornecimento das informações estritamente exigidas pela legislação, para promover um ambiente de cooperação e diálogo contínuo.

reconhecendo que a eficiência administrativa não se resume ao incremento da arrecadação. Ela envolve, igualmente, a redução da litigiosidade, o uso racional dos recursos públicos e a construção de um ambiente institucional previsível e estável.

Como sintetizam Álvaro Oliveira e Karine Campos², permitir ao contribuinte regularizar sua situação fiscal de forma orientada integra o próprio conceito de eficiência administrativa. Não se trata de abdicação do poder-dever de lançamento, mas de sua concretização à luz dos princípios constitucionais da proporcionalidade e da razoabilidade.

O PLP nº 125/2022 e a sistematização da autorregularização

É nesse ambiente teórico e institucional que se insere o PLP nº 125/2022, aprovado pela Câmara dos Deputados e encaminhado à sanção presidencial. O projeto não institui mecanismos de transação tributária nem altera o regime jurídico da indisponibilidade do crédito tributário. Seu propósito consiste em sistematizar a autorregularização orientada como direito do contribuinte, especialmente nas fases pré-lançamento e pré-contenciosa.

O texto normativo incorpora critérios de individualização do contribuinte e de consideração de sua capacidade de adimplência, ampliando funcionalmente conceitos já presentes em experiências administrativas anteriores. Tal sistematização não importa a transposição acrítica de outros institutos jurídicos, mas a adaptação de boas práticas ao ordenamento constitucional brasileiro.

Spacca



Não por acaso, o PLP encontra-se inserido no contexto de um Código de Defesa do Contribuinte, estando diretamente vinculado à redução da litigiosidade, à facilitação do cumprimento das obrigações tributárias, à adequação entre meios e fins e à presunção de boa-fé do sujeito passivo.

Individualização do contribuinte e crítica aos parcelamentos massificados

O artigo 25 do PLP estabelece que a atuação da administração tributária deve priorizar a orientação e a correção espontânea, levando em consideração as circunstâncias concretas do contribuinte. De forma complementar, o artigo 32 prevê a possibilidade de adoção de medidas de conformidade compatíveis com a realidade econômica do sujeito passivo, reforçando a necessidade de tratamento individualizado.

Essa individualização não se confunde com a concessão indiscriminada de benefícios fiscais. Trata-se do reconhecimento de que a uniformização cega do tratamento tributário pode

A crítica aos programas gerais e reiterados de parcelamento é amplamente documentada na literatura nacional. Frederico Faber³ demonstra que parcelamentos amplos e sucessivos produzem incentivos negativos ao cumprimento espontâneo, ao criar a expectativa racional de novos programas, o que afeta a arrecadação corrente e estimula o inadimplemento estratégico.

Em convergência com essa análise, Maira Silva⁴ sustenta que políticas de regularização fiscal desprovidas de individualização tendem a fracassar sob os prismas da eficiência e da legitimidade. Segundo a autora, soluções massificadas ignoram a diversidade econômica dos contribuintes e produzem distorções distributivas relevantes, enfraquecendo a governança fiscal.

Fabíola Brandt⁵ reforça essas conclusões ao destacar que não existem modelos universais de compliance fiscal. Programas bem-sucedidos dependem de conhecimento aprofundado do perfil do contribuinte, comunicação contínua e previsibilidade institucional, elementos reiteradamente apontados pela OCDE como essenciais à conformidade voluntária.

O papel da Receita Federal na indução da conformidade

Nesse cenário, o protagonismo da Receita Federal revela-se incontornável. Enquanto órgão constitucionalmente incumbido da administração tributária, compete-lhe não apenas fiscalizar e arrecadar, mas também orientar e induzir comportamentos conformes.

O exercício do poder-dever de lançamento deve ser compatibilizado com os princípios da capacidade contributiva, da justiça fiscal e da eficiência administrativa. Permitir a autorregularização orientada, inclusive com o adiamento do lançamento em situações justificadas, não implica renúncia ao crédito tributário, mas o reconhecimento de que a finalidade última da administração fiscal é a conformidade do contribuinte, e não a aplicação da sanção.

Como observam Oliveira e Campos, adotar a confiança como paradigma da relação Fisco-contribuinte não significa flexibilizar o dever de lançar, mas exercê-lo de maneira constitucionalmente adequada.

Considerações finais

O PLP nº 125/2022 não representa ruptura com o modelo jurídico-tributário vigente, mas a consolidação normativa de uma mudança gradual de racionalidade administrativa. Ao incorporar de forma expressa a autorregularização orientada e a individualização do contribuinte, o projeto sistematiza práticas já debatidas na doutrina, recomendadas por organismos internacionais e experimentadas no âmbito administrativo.

A autorregularização orientada configura instrumento legítimo de política pública, apto a promover mudança comportamental, reduzir a litigiosidade e aprimorar a eficiência arrecadatória, sem fragilizar o Estado fiscal nem comprometer a indisponibilidade do crédito tributário.

administrativa e respeito à capacidade contributiva, contribuindo para a construção de um sistema tributário mais legítimo, previsível e funcional.

[1] SILVA, Fábio Pereira da. Programa ‘Nos Conformes’ – uma avaliação sob a perspectiva do ‘Paradigma do Serviço’. *In* Revista de Direito Tributário Atual, 2019. Disponível em: <https://revista.ibdt.org.br/index.php/RDTA/article/view/727>.

2 OLIVEIRA, Álvaro Aguiar Lima de; CAMPOS, Isabella Karine Monteiro de. O poder-dever de lançamento e a oportunidade de autorregularização: permitir que o contribuinte se autorregularize representa flexibilizar o poder-dever de lançamento? Brasília, 2022. Artigo acadêmico.

3 FABER, Frederico Igor Leite. Parcelamentos Tributários: análise de comportamento e impacto. Brasília, 2016.

4 NERY, Maíra da Silva. La eficacia de la política de los fraccionamientos para la recuperación de los créditos tributarios en Brasil y en los países en América Latina – un estudio comparativo. UNIVERSIDAD NACIONAL DE EDUCACIÓN A DISTANCIA INSTITUTO DE ESTUDIOS FISCALES. Madrid, 2021.

5 BRANDT ARRAIS DE SÁ, Fabíola Albuquerque. PROMOVENDO A CONFORMIDADE COOPERATIVA FISCAL: RESULTADOS PRELIMINARES DE UMA EXPERIÊNCIA PILOTO. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2024.

Igor Arrais de Sá

é auditor-fiscal da Receita Federal, chefe da Divisão de Parcelamento da Coordenação-Geral de Administração do Crédito Tributário da RFB, pós-graduado em Direito Tributário pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e graduado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

VER COMENTÁRIOS

Tags: **autorregularização tributária** **conformidade tributária** **contribuinte**

Receita Federal



[compartilhe](#)

Digite seu e-mail

RECEBER



Encontrou um erro? **Avise nossa equipe!**

Leia também



**FORMALISMO
EXCESSIVO**

**Fisco não deve
exigir declaração
se houver outros**



ACABOU A FESTA

**Câmara aprova
projeto com
regras mais**



MELHOR POR BEM
Receita Federal arrecada R\$ 87,6 bilhões com "cobrança amigável"



DISPUTA NORMATIVA
Liminares afastam limite da Receita à autorregularização de tributos



EVEREST PROCESSUAL
Um ano depois, Tema 390 pouco fez para resolver execução fiscal



TERRITÓRIO ADUANEIRO
O PL do 'Devedor Contumaz' e sua aplicação no universo aduaneiro



SEM JUROS E MULTA
Receita inicia programa de autorregularização de dívidas tributárias



TERRITÓRIO ADUANEIRO
Malha aduaneira: instrumento para a conformidade?



TERRITÓRIO ADUANEIRO
O desenvolvimento dos programas de conformidade aduaneira da Receita



TERRITÓRIO ADUANEIRO
Anteprojeto de Lei Geral de Comex (parte 2): PL nº 4.423/2024



Consultor Jurídico

terça-feira
 6 de janeiro de 2026

Pesquisar



CONJUR

Quem Somos

Equipe

Fale Conosco

PUBLICIDADE

Anuncie na ConJur

Anuários Conjur

ESPECIAIS

Especial 20 anos

Especial 25 anos

PRODUTOS

Livraria

Anuários

Boletim Jurídico

Consultor Jurídico 2026. Todos os direitos reservados.
 Rua Wisard, 23 – Vila Madalena – São Paulo/ SP – CEP: 05434-080

ISSN 1809-2829

www.conjur.com.br